

Difícil é parar de crescer

por Mário de Almeida

Brasileiro, quando não sabe alguma coisa, inventa uma parábola. A mais recente, a respeito da situação econômica, recitada por empresários, seus empregados ou em qualquer conversa freqüentada por um dos 32 milhões de donos de uma caderneta de poupança em todo o País, tem a forma de uma frase de efeito: "A médio prazo, não tenho dúvidas de que a economia irá bem; mas estou preocupado agora. Não sei como atravessar 1981".

Nas primeiras semanas de janeiro, esse escorregão lógico foi catapultado ao debate político pela voz de mais de um partido — certamente por influência das conversas de parlamentares com seus eleitores, em cada Estado, por ocasião das festas de fim de ano. Nos bancos, nas fábricas, no Congresso, nas universidades, o problema é chegar até julho, porque o futuro está garantido. A história do Brasil tem sido assim há mais de um século e não vai mudar porque a boa razão ordena resolver o presente antes de sacar sobre o desconhecido. Por isso, é melhor descobrir as razões que alimentam as dúvidas de curto prazo:

1) ninguém acredita na recessão, mas todos temem a possibilidade de que o governo tenha desenhado um aperto conjuntural tendo seu próprio negócio como modelo;

2) o dinheiro não está parado, mas muito caro. A poupança, os investimentos produtivos e o consumo sofrem uma inflexão e o nível geral de atividade reflui;

3) o governo é culpado, na opinião de todos, mas tem os instrumentos para fazer com que as coisas se movam.

O governo, então, é o lado forte da questão. A moda no Brasil, agora, é dizer o contrário. Mas em 1976, quando, por reconhecimento geral, se dizia que o governo era muito forte, a indústria automobilística arancou em duas semanas do então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, uma ampliação no prazo de financiamento para automóveis novos, depois de avisar que iria demitir parte da sua força de trabalho, caso a política monetária continuasse restritiva. Agora, a Volkswagen, segunda empresa privada do País, com vendas estimadas em US\$ 1,5 bilhão no ano passado, demitiu cerca de 3 mil empregados depois de reclamar sem êxito do governo algumas facilidades para se desfazer dos estoques; e ainda teve de concordar em readmitir parte desse pessoal, depois de conversar mais uma vez com o mesmo governo, dado como mais fraco do que nunca na área econômica. Jamais, em 25 anos de história da indústria automobilística no País, se registrou exemplo parecido.

O caso da Volkswagen, o aumento reduzido dos vencimentos dos funcionários civis do governo, o corte nos salários de quem ganha acima de Cr\$ 80 mil por mês, o orçamento centralizado das empresas estatais, o corte de projetos novos em quase todos os ministérios — esse o conjunto de motivos que leva os que acreditam no futuro e duvidam do presente a ficar contra o governo, porque o crescimento econômico será menor a curto prazo, e sugere que o vilão da história, o ministro Delfim Netto, tem a iniciativa.

O ministro do Planejamento fala em poupança, mas isso é uma coisa para o futuro. Hoje, em janeiro de 1981, o governo diz que o Brasil não pode crescer a 9% ao ano — como aconteceu em 1980. Os números de referência para 1981 estão, na verdade, bem distantes do que poderia ser descrito como uma recessão: um crescimento de 10% na agricultura e de 3% na indústria, o que daria algo parecido com uma expansão de 4% no Produto Interno Bruto.

Há uma idéia muito difundida de que as previsões estatísticas do ministro Delfim Netto não são para valer. De fato, o ministro falava numa inflação de 60% para 1980, e o número final subiu a 110%, falava num equilíbrio da balança comercial, e houve déficit de US\$ 2,7 bilhões.

Enganos como esse chamuscam a biografia profissional de um funcionário que todos reconhecem competente, mas que de tempos em tempos escolhe uma batalha perdida — como a campanha de 1973, para segurar a inflação dos 12%, que lhe custou a marca imorredoura de prestigitador estatístico. Mas o ministro do Planejamento não foi tão mal nas previsões para 1980 como dizem os seus inimigos. Seu erro foi acreditar que o preço médio do petróleo ficaria na faixa dos US\$ 22 por barril, quando chegou a mais de US\$ 28, corroendo a conta das importações e, em certa medida, da inflação. O ministro Delfim Netto acertou, no entanto, a marca das exportações, que chegaram a US\$ 20,1 bilhões, 34% acima do resultado do ano anterior; e ganhou um ponto ao prever que a dívida externa brasileira crescerá menos de 10% brutos em 1980, o que se concretizou com o

número final divulgado pelo Banco Central, de US\$ 54,5 bilhões no final de dezembro passado.

Considerando-se que o principal problema da economia brasileira no curto prazo é a conta do petróleo — e, por consequência, o balanço externo de contas correntes —, a economia brasileira até melhorou sua posição relativa durante 1980, enquanto os países industrializados tiveram seu balanço de pagamentos fortemente deficitário. A conjuntura internacional estagnada e o mercado de petróleo calmo indicam que, no campo dos fatores econômicos, o brasileiro pode errar menos se confiar na bússola do ministro do Planejamento.

E claro que se pode investir algum tempo em articulações para derrubar o ministro Delfim. Nesse caso, contudo, vale a pena recordar que ele executa, neste ano, parte apreciável da receita do antecessor, Mário Simonsen. Isso quer dizer que o governo não vê alternativa para uma política de estabilização — e na verdade só haveria uma, por meio de um virtual rompimento com o sistema financeiro internacional, via moratória unilateral ou qualquer outro caminho que não faz parte do arquivo de idéias do regime brasileiro.

Viverá melhor no curto prazo quem realmente tomar a sério algumas coisas que o governo Figueiredo repete desde que tomou posse: o crescimento econômico será mais lento na indústria do que na agricultura; não haverá projetos grandiosos por conta do governo nos próximos anos; e existe um movimento rumo à retirada dos subsídios e controles sobre o mercado, que leva progressivamente à maior internacionalização da economia brasileira.

Essa última característica foi vislumbrada pelo economista Luís Gonzaga de Mello Belluzzo, no segundo semestre do ano passado, e parece inclinada a tornar-se um dos ingredientes mais poderosos para fazer a conjuntura dos negócios brasileiros. O rápido aumento do comércio externo, a liberalização dos controles de preços e a prática de reformar quase rotineiramente os empréstimos bancários no mercado internacional — desde que a dívida externa continue a crescer bem menos que as exportações — empurram a economia do País para uma situação em que será cada vez mais difícil sustentar os controles administrativos sobre o câmbio e a proteção alfandegária sobre todos os ramos da indústria.

Concretamente, é impossível imaginar um comércio externo brasileiro de US\$ 100 bilhões nos dois sentidos, daqui a quatro anos, com os controles que a Cacex pratica atualmente nas exportações e importações. Bem como é impossível conceber uma administração da dívida externa com a atual instabilidade e inconvertibilidade do cruzeiro. Por isso, é razoável esperar que o trem da política econômica corra no rumo da liberalização nos próximos anos.

As duas exceções continuarão a ser tanto agricultura como obras e serviços destinados ao público de menor renda — esta rubrica com destaque no atual período pré-eleitoral. Fora dessas prioridades, as estatísticas brasileiras continuarão a mover-se por tabela, comandadas pelos preços de venda do petróleo — a menos que o País inteiro concordasse em aderir a uma inimaginável aliança para fazer uma recessão de verdade, cujo único exemplo vivo é o da Inglaterra, onde a produção industrial caiu 10% no ano passado.